

Lições Africanas. Uma proposta para o novo milénio

Paulo Feytor Pinto

Associação de Professores de Português, Lisboa

*Mas eu falo Guiné.
Se eu falo negro,
de que me serve ser branco?*

Gil Vicente, *Frágua de Amor* (1524) ¹

Introdução

"O desenvolvimento de *todas* as línguas de cada Estado *em paridade* assumida na escolarização e na formação, tendo em vista a construção de um bilinguismo e multilinguismo funcionais" é uma recomendação saída do III Seminário para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), promovido pelo Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Junho de 2001. Para tal, são apontados como necessários, entre outros, o desenvolvimento do ensino bilingue, a produção de dicionários e gramáticas bilingues de português para as línguas nacionais e vice-versa e a organização de cursos de línguas bantas², tétum, línguas crioulas e línguas gestuais.

Algumas intervenções da delegação portuguesa na discussão destas recomendações, durante os trabalhos do seminário, causaram surpresa entre muitos representantes dos países africanos pelo facto de (também) terem proposto a introdução das pouco consensualmente designadas línguas nacionais nos sistemas de ensino e formação.

Com efeito, a atitude dominante dos portugueses relativamente às línguas africanas nunca foi esta. Assim, após uma breve apresentação do panorama linguístico em que se integram os cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), serão caracterizadas as atitudes e comportamentos dos portugueses perante aquelas línguas desde os primeiros contactos no séc.XV. Por fim, através da análise das decisões tomadas no âmbito do IILP, dar-se-á conta da génese, entre nós, de novas atitudes perante as línguas africanas. Nelas parece radicar uma importante proposta para o novo milénio: a paridade de todas as línguas faladas nos sete países da CPLP.

¹ Versão de Paul Teyssier.

² Perante a possibilidade de recorrer à palavra *aportuguesada* (banto,a,os,as) ou à *original* (bantu), optou-se, não sem riscos, pela utilização da primeira no corpo do texto e da segunda em nota de rodapé.

1. Línguas africanas dos Palop

A maior parte das línguas africanas faladas no conjunto dos cinco PALOP são línguas da família Niger-Kordofaniana. Trata-se da família linguística africana com maior número de falantes e onde predominam as línguas do sub-grupo Benué-Congo, em especial as línguas bantas faladas em todos os países continentais a sul dos Camarões, República Centro-Africana, Congo (ex-Zaire), Uganda e Quênia, inclusive. Todas as línguas africanas de Moçambique e a esmagadora maioria das de Angola são línguas bantas. As restantes, faladas no sul do país por comunidades dispersas, são línguas da família Khoisan.

Na Guiné-Bissau também são faladas muitas línguas niger-kordofanianas, mas de outros dois sub-grupos distintos: o Mandé e o Ocidental Atlântico. No entanto, a língua dominante, essencialmente como língua veicular, parece ser o guineense, uma língua crioula de base lexical portuguesa. Esta língua terá tido origem na também crioula língua cabo-verdiana falada por toda a população de Cabo Verde. As línguas africanas faladas em S. Tomé e Príncipe são igualmente crioulas.

A identificação das línguas faladas em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe e/ou a identificação do número de falantes de cada uma delas são tarefas que exigem muitas precauções. Com efeito, aqui como alhures, há variedades linguísticas cuja autonomia em relação a outras não é consensual, assim como parece nem sempre ser consensual a palavra a utilizar para designar algumas línguas. Por isso, em anexo, apresentam-se dados que constituem aproximações grosseiras com as quais se pretende apenas destacar a diversidade linguística e a importância demográfica das línguas africanas nos países em questão.

Assim, as línguas africanas mais faladas em Angola, todas bantas, são o umbundo, o quimbundo e o quicongo³. Em Moçambique, destacam-se o macua e o tsonga⁴. Na Guiné-Bissau, depois do guineense, as línguas mais faladas são o balanta e o fula⁵, do sub-grupo das línguas ocidentais atlânticas, e o mandinga⁶, língua mandé. Por fim, em S. Tomé e Príncipe, a língua dominante é o santomense⁷.

2. Relação dos portugueses com as línguas africanas

Até meados do séc.XV, os portugueses parece terem considerado que a única língua falada em África era o árabe, originário da península arábica e difundido no continente

³ Umbundu, kimbundu, kikongo.

⁴ Emakhuwa, xitsonga.

⁵ Pulaar.

⁶ Malinke.

⁷ Lungwa santomé.

depois do séc.VII. A partir de 1441, as expedições portuguesas ao longo da costa ocidental africana começam a identificar línguas diferentes desta. A primeira terá sido o "aznégua de Zaara", língua semítica de origem árabo-berbere falada por alturas do Cabo Branco, na actual Mauritânia. Uma década e meia depois, o veneziano Cadamosto, ao serviço do Infante D. Henrique, alcança a Senegâmbia onde, tal como agora, eram faladas línguas niger-kordofanianas do sub-grupo ocidental atlântico.

De modo a garantir que, daí em diante, em cada viagem houvesse um intérprete capaz de assegurar a indispensável comunicação com os falantes das novas línguas africanas, os portugueses optaram pelo recurso à captura e/ou compra de escravos que, em Lisboa, aprendiam português. Os escravos-intérpretes faziam parte dos 10% de população negra da capital, em meados do séc.XV. A importância dos africanos na sociedade lisboeta justifica a sua presença em várias obras de Gil Vicente. Em *Frágua do Amor* (1524), o dramaturgo sublinhou o carácter inferior das línguas africanas, que deveriam ser substituídas pela língua portuguesa. À recusa dos portugueses, e dos europeus, em aprender línguas africanas se deverá o facto de nenhuma das dezasseis línguas ultramarinas descritas por portugueses e espanhóis entre 1547 e 1644 ser uma língua africana. Só em 1697 é publicada a primeira gramática portuguesa tratando uma língua africana, a *Arte da língua de Angola*, de Pedro Augusto Dias.

No entanto, já em 1556 viera a lume o primeiro documento escrito numa língua banta, a *Cartilha da Doutrina Cristã em Língua do Congo*, pela mão de Gaspar da Conceição. Com efeito, o ideal português de cristianização do Congo, emergente a partir de 1489, obrigou ao recurso às línguas maternas das populações a converter. Simultaneamente, acentua-se o interesse pela expansão da língua portuguesa: eram os africanos que aprendiam o português. Só excepcionalmente os portugueses aprendiam línguas africanas. Esse parece poder ser o caso do autor da cartilha e é seguramente o de Martin Afonso, membro da expedição de Vasco da Gama que alcançou a Índia em 1498. O facto de este português falar quicongo permitiu constatar-se que no extremo sul do continente africano essa língua era inútil, mas que voltava a permitir a intercompreensão na costa oriental, mais a norte. Aqui, com efeito, eram faladas línguas bantas, portanto próximas do quicongo, enquanto na África do sul eram unicamente faladas línguas khoisans. O relato da viagem não dá qualquer importância a este reconhecimento linguístico das costas africanas.

Durante os séculos XV e XVI, os lançados, condenados portugueses que, na tentativa de se manterem vivos fora das cadeias, aceitavam o risco de serem capturados e mortos pelos africanos, terão constituído um pequeno grupo disperso de portugueses que, por força das circunstâncias, aprenderam línguas africanas. É também neste período que se terão desenvolvido as línguas crioulas actualmente faladas em Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

Com o início da colonização intensiva portuguesa de territórios africanos, em mea-

dos do séc. XIX, é criado um sistema educativo que distingue a educação oficial para a população urbana europeia e a educação missionária para a população rural africana em que o uso das línguas africanas era permitido para o estudo do catecismo. Perante a importância do conhecimento das línguas africanas, registou-se então uma grande actividade linguística, por parte dos missionários, que resultou em inúmeras traduções da Bíblia e na elaboração de gramáticas e dicionários, mais ou menos válidos, de muitas línguas africanas. É neste contexto que são publicados, em 1888, os *Elementos de Grammatica Tetense*, a primeira gramática portuguesa de uma língua da África oriental, e os primeiros estudos sobre línguas da Guiné-Bissau (1882) e sobre as línguas crioulas de Cabo Verde (1886) e de S. Tomé e Príncipe (1895). Até às primeiras décadas do séc.XX, tanto o ensino oficial como o ensino missionário foram, porém, completamente ineficazes.

Em 1921, o governo republicano português decretou a proibição do emprego das línguas africanas no ensino. Com a exclusividade do português pretendia-se a integração dos africanos na sociedade e na cultura portuguesas e o combate a possíveis avanços de outras potências coloniais europeias. Esta vontade de *aportuguesamento* das colónias levou a que, em 1926, o novo governo da nação alargasse o âmbito de actividade missionária ao ensino da língua portuguesa aos africanos. Para esse fim, passou a ser permitido o recurso às línguas africanas.

Com o Estatuto Missionário, decorrente da Concordata de 1940, o Estado Novo confiou à Igreja Católica todo o ensino especialmente destinado a africanos. Nestas escolas era obrigatório o uso e o ensino do português e as línguas africanas voltam a ser permitidas no ensino religioso. O seu emprego para apoiar o ensino da língua civilizadora viria a ser retomado em 1954 com a entrada em vigor do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Este diploma deixava claro que só era português quem falasse português. Quem só falasse línguas africanas não tinha acesso ao estatuto de cidadão.

Para dar resposta às novas necessidades linguísticas impostas pela difusão da língua e da fé, a Agência Geral do Ultramar promoveu e publicou estudos sobre as línguas africanas. Então, o tratamento das línguas crioulas integrava-se na dialectologia colonial por considerar-se que os crioulos eram variedades do português.

Actualmente, os portugueses parece encararem positivamente a manutenção da hegemonia do português nos PALOP. Geralmente, quando em Portugal se fala de línguas em África, fala-se de línguas de origem europeia, em especial de questões ligadas à difusão do português. Neste contexto, o francês, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, e o inglês, em Moçambique, são recorrentemente apontados como ameaças à presença da língua portuguesa. A oficialidade exclusiva do português é tida como a melhor solução pois os portugueses consideram que em África há uma grande confusão de línguas tribais e de dialectos que, por serem-no, são variedades linguísticas sem muitos falantes, sem possibilidade de escrita, sem regras de funcionamento e sem literatura.

3. Uma proposta para o novo milénio

Esta preocupação exclusiva com a língua portuguesa, assumida independentemente dos diferentes contextos linguísticos lusófonos, terá estado na base da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, a 1 de Novembro de 1989, em S. Luís de Maranhão, Brasil, pelos sete países de língua oficial portuguesa representados ao mais alto nível.

Com efeito, foram então estabelecidos como objectivos fundamentais do IILP a promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Para tal, os sete deveriam intensificar esforços tendo em vista a utilização do português em organizações internacionais, prosseguir a tradução em versão comum dos principais documentos de Direito Internacional, ratificar o Acordo Ortográfico, normalizar a terminologia científica e tecnológica e apoiar o projecto de Fundo Bibliográfico.

Até à constituição da CPLP, em 1996, não foram tomadas novas decisões relativamente ao IILP. Na Declaração Constitutiva da nova organização internacional, sob cuja alçada ficou o Instituto, é pela primeira vez feita referência às outras línguas faladas nos países signatários. Assim, a CPLP adoptou como um dos seus objectivos "envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização". Um ano depois, a I Conferência de Ministros da Educação da CPLP decide proceder à revisão do enquadramento jurídico do IILP tendo em vista responder a esta e a outras novas exigências.

Em 1998, a II Conferência de MEs decide encorajar o desenvolvimento de "ações tendentes ao reforço do ensino do Português como segunda língua, consoante a realidade socio-cultural de cada país e suas decisões no sentido de utilizar as línguas nacionais, enquanto línguas maternas, no processo de ensino/aprendizagem". Se, por um lado, o âmbito da cooperação entre o português e as outras línguas, nomeadamente as africanas, é alargado a todos os países da CPLP e a todas as línguas, por outro, não fica claro se essa cooperação se circunscreve à melhoria do ensino da língua portuguesa como língua segunda.

Volvidos dois anos, é apresentado à III Conferência de MEs o primeiro plano de actividades do IILP, que esclarece esta dúvida: as línguas africanas devem ser utilizadas na aprendizagem do português, mas também na alfabetização. Para isso, o plano propõe a aprendizagem das línguas africanas pelos professores de português língua não materna, a generalização de projectos de educação bilingue, o estudo das realidades sociolinguísticas do quicongo e do quimbundo, a edição de livros bilingues em Angola e a publicação de dicionários bilingues em Moçambique.

Como se viu no início deste texto, em Junho de 2001, os sete alcançaram um entendimento partilhado acerca da importância da paridade de todas as línguas faladas em todos os países da CPLP, ao nível do ensino e da formação. Se se tiver presente a longa e difícil

relação dos portugueses com as línguas africanas, entende-se melhor em que medida esta proposta para o novo milénio, subscrita por representantes oficiais portugueses, constitui, para nós, uma grande ruptura com o passado e, para os nossos parceiros africanos, uma grande surpresa.

Bibliografia

- Águas, Neves. (org.). *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Bureau Régional d'Education pour l'Afrique (BRED). (1985). *Les langues communautaires africaines et leur utilisation dans l'enseignement et l'alphabétisation*. Dakar: Unesco.
- Cahen, Michel. (1994). *Mozambique: histoire géopolitique d'un pays sans nation*. In Centre d'Étude d'Afrique Noire. *Lusotopie 1-2*. Paris: L'Harmattan.
- Comrie, Bernard, Matthews, Stephen & Polinsky, Maria. (2001). *O Atlas das Línguas*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (2001a). *Breve Histórico sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP*. Lisboa: (Doc.02/CPLP/IILP/2001 policopiado).
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (2001b). *Recomendações do III Seminário para a Edificação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: (Versão 2-08.06.01/CCB/IILP/hb policopiada).
- Couto, Hildo Honório do. (1992). *Lançados, grumetes e a origem do crioulo português no noroeste africano*. In d'Andrade, Ernesto & Kihm, Alain. (orgs). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Colibri.
- Crystal, David. (1994). *Enciclopedia del lenguaje de la Universidade de Cambridge*. Madrid: Taurus.
- Curto, Diogo Ramada. (1998). *A Língua e o Império*. In Bethencourt, Francisco & Chaudhuri, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa*, vol.I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (1996). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- (2000). *Dossier Guerre et paix des langues*. In *Le Courrier de l'Unesco*. Avril 2000. Paris: Unesco.
- Elmandjra, Mahdi. (1996). *La décolonisation culturelle. Défi majeur du 21ème siècle*. Marrakech: Walili Marrakech.
- Fédération Internationale des Professeurs de Langues Vivantes (FIPLV). (1993). *Les politiques linguistiques dans le monde pour le XXIème siècle*. Paris: Unesco.
- Ferronha, António Luís. (coord). (1992). *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / União Latina.
- Feytor Pinto, Paulo. (2001). *Como Pensamos a Nossa Língua e as Línguas dos Outros*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Katupha, J. M. M. (1994). The language situation and language use in Mozambique. In Fardon, R. & Furniss, G. *African languages, development and the state*. Londres: Routledge.
- Lorenzino, Gerardo Augusto. (1996). Uma avaliação sociolinguística sobre S. Tomé e Príncipe. In Duarte, Inês & Leiria, Isabel. (orgs.). *Congresso Internacional sobre o Português*. Actas. Vol.III. Lisboa: Colibri.
- Mira Mateus, Maria Helena. (coord). (2002). *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Colibri
- Missão para o Estudo da Missionologia Africana (MEMA). (1962). *Atlas Missionário Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Murray, Jocelyn. (ed). (1993). *Cultural Atlas of Africa*. Nova Iorque: Facts On File.
- Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas (NELIMO). (1989). *I Seminário sobre Padronização Ortográfica de Línguas Moçambicanas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Wald, Benji. (1994). Sub-Saharan Africa. In *Atlas of World's Languages*. Londres: Routledge.

ANEXO – Línguas africanas mais faladas nos PALOP

Angola

Língua	% aprox
Umbundo - Umbundu	30
Quimbundo - Kimbundu	20
Quicongo - Kikongo	10

Angola

Língua	% aprox
Quioco - Cockhwe.....	5
Ganguela - Ngangela.....	3
Nhaneca-humbe - Nyaneka-humbi.....	2
Ambó - Oshiwambo.....	1
Herero.....	<1
Xindonga - Oshidonga.....	<1

Guiné-Bissau

Língua	% aprox
Guineense.....	50
Balanta	25
Fula - Pulaar	20
Mandinga - Malinke	12
Manjaco	8

Papel.....	7
Bijagó.....	1

Moçambique

Língua	% aprox
Macua - Emakhuwa.....	40
Tsonga - Xitsonga.....	25
Ajau - Ciyao.....	15
Chona - Cishona.....	10
Sena - Cisena.....	10
Suaíli - Kiswahili.....	6
Nianja - Cinyanja.....	5
Chope - Cicopi.....	4
Maconde - Shimakonde.....	3

S. Tomé e Príncipe

Língua	% aprox
Santomense - Lungwa santomé.....	85
Angolar - Lunga ngolá.....	45
Crioulo do Príncipe - Lungwa ié.....	10

Fontes: BREDÁ, 1985; Cahen, 1994; Crystal, 1994; Ferronha, 1992; Katupha, 1994; Lorenzino, 1996; MEMA, 1962; Mira Mateus, 2002; Murray, 1993; NELIMO, 1989; Wald, 1994.